

Proibição de viagem/Bloqueio de ativos (Indivíduos)

1. **Nome:** 1: MALEK 2: REUBEN 3: RIAK 4: RENGU

Título: Tenente-General **Cargo:** a) Chefe do Estado Maior Adjunto de Logística b) Chefe do Estado Maior Adjunto de Defesa e Inspetor Geral do Exército **Data de nascimento:** 1 jan. 1960 **Lugar de nascimento:** Yei, Sudão do Sul **Codínome (legível):** Malek Ruben **Codínome (ilegível):** não disponível **Nacionalidade:** Sudão do Sul **Número do passaporte:** não disponível **Número de identificação nacional:** não disponível **Endereço:** não disponível **Outras informações:** na qualidade de Chefe do Estado Maior Adjunto de Logística do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA, na sigla em inglês), Riak foi um dos altos funcionários do Governo do Sudão do Sul que planejaram e supervisionaram ofensiva no estado de Unidade em 2015 que causou destruição generalizada e grande deslocamento da população.

Razões de listagem:

Malek Ruben Riak está incluído na lista em conformidade com as disposições dos parágrafos 6, 7 (a) e 8 da Resolução 2206 (2015), reafirmadas na Resolução 2418 (2018), por empreender "ações ou políticas que ameacem a paz, a segurança ou a estabilidade do Sudão do Sul" e participado de "ações ou políticas que tenham o propósito ou o efeito de expandir ou de estender o conflito no Sudão do Sul", por ser dirigente "de qualquer entidade, inclusive o Governo do Sudão do Sul, oposição, milícia ou outros grupos, que tenha participado em alguma das atividades descritas nos parágrafos 6 e 7" e, em conformidade com as disposições no parágrafo 14 (e) desta resolução por "planejar, dirigir ou cometer atos envolvendo violência sexual e de gênero no Sudão do Sul".

Informação adicional:

Segundo relatório do Painel de Peritos sobre o Sudão do Sul apresentado em janeiro de 2016 (S/2016/70), Riak foi um dos altos funcionários de segurança que planejaram a partir de janeiro de 2015 a ofensiva contra o Movimento de Libertação do Povo do Sudão na Oposição e posteriormente supervisionaram sua execução a partir do final de abril de 2015 em diante. O Governo do Sudão do Sul começou a armar jovens Bul Nuer no início de 2015 para facilitar sua participação na ofensiva. A maioria desses jovens já tinha acesso a fuzis automáticos do tipo AK, mas a munição era essencial para sustentar suas operações. O Painel de Peritos apresentou evidências, inclusive o testemunho de fontes militares, de que o quartel general do Exército de Libertação do Povo do Sudão havia provido munição aos grupos jovens especificamente para a ofensiva. Riak era o Chefe do Estado Maior Adjunto de Logística do Exército de Libertação do Povo do Sudão naquele momento. A ofensiva causou a destruição sistemática de vilas e infraestruturas, o deslocamento forçado da população local, o assassinato e tortura indiscriminados de civis, o uso generalizado de violência sexual, incluindo contra idosos e crianças, o sequestro e recrutamento de crianças para usá-las como soldados e um grande deslocamento da população. Após a destruição de grande parte das zonas meridionais e centrais do estado, numerosos meios de comunicação e organizações humanitárias, bem como a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), publicaram relatórios sobre a magnitude dos abusos que foram perpetrados.

2. **Nome:** 1: PAUL 2: MALONG 3: AWAN 4: não disponível

Título: General **Cargo:** a) Ex-Chefe do Estado Maior do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA, na sigla em inglês) b) Ex-Governador do estado de Bahr el-Ghazal **Data de nascimento:** a) 1962 b) 4 dez. 1960 c) 12 abr. 1960 **Lugar de nascimento:** Malualkon, Sudão do Sul **Codínome (legível):** a) Paul Malong Awan Anei b) Paul Malong c) Bol Malong **Codínome (ilegível):** não disponível **Nacionalidade:** a) Sudão do Sul b) Uganda **Número do passaporte:** a) Passaporte do Sudão do Sul número S00004370 b) Passaporte do Sudão do Sul número D00001369 c) Passaporte do Sudão número 003606 d) Passaporte do Sudão número 00606 e) Passaporte do Sudão número B002606 **Número de identificação nacional:** não disponível **Endereço:** não disponível **Outras informações:** na qualidade de Chefe do Estado Maior do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA, na sigla em inglês), Malong estendeu ou prolongou o conflito no Sudão do Sul, ao violar o Acordo de Cessação das Hostilidades e o Acordo sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul, de 2015. Ele supostamente liderou os planos para matar o líder da oposição, Riek Machar, e ordenou a unidades do SPLA que impedissem o transporte de suprimentos humanitários. Sob a liderança de Malong, o SPLA atacou civis, escolas e hospitais, causou o deslocamento forçado de civis, realizou desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e cometeu atos de tortura e estupro. Malong mobilizou a milícia tribal Dinka de Mathiang Anyoor, que usa crianças-soldado. Sob sua liderança, o SPLA impediu que a UNMISS, a JMEC e o Mecanismo de Monitoramento do Cessar-fogo e dos Arranjos de Segurança Transicional acessassem diversos locais para investigação e documentação dos abusos.

Razões de listagem:

Paul Malong está incluído na lista em conformidade com as disposições dos parágrafos 6, 7 (a), 7 (b), 7 (c), 7 (d), 7 (f), e 8 da Resolução 2206 (2015), reafirmadas na Resolução 2418 (2018), por empreender "ações ou políticas que tenham o propósito ou o efeito de expandir ou de estender o conflito no Sudão do Sul ou de obstruir a reconciliação ou os diálogos e os processos de paz, inclusive violações do Acordo de Cessação de Hostilidades"; "ações ou políticas que ameacem acordos de transição ou que prejudiquem o processo político no Sudão do Sul"; "atingir civis, inclusive mulheres e crianças, por meio de atos de violência (como assassinatos, mutilação, tortura ou estupro ou outra violência sexual), sequestros, desaparecimentos forçados ou ataques contra escolas, hospitais e lugares religiosos, em locais em que civis estejam à procura de refúgio, ou por meio de condutas que constituam abusos ou violações graves contra os direitos humanos ou o direito internacional humanitário"; "planejar, dirigir ou cometer ações que violem os dispositivos aplicáveis do direito internacional de direitos humanos ou do direito internacional humanitário ou atos que constituam abusos dos direitos humanos no Sudão do Sul", "uso ou recrutamento de crianças por grupos armados ou forças armadas no contexto do conflito armado no Sudão do Sul"; "obstrução das atividades das missões internacionais diplomáticas, humanitárias ou de manutenção da paz no Sudão do Sul, inclusive o Mecanismo de Monitoramento e Verificação da IGAD ou provisão ou distribuição de assistência humanitária" e, como dirigente "de qualquer entidade, inclusive qualquer governo do Sudão do Sul, a oposição, as milícias ou outros grupos, que tenha participado de alguma atividade descrita nos parágrafos 6 e 7".

Informação adicional

Malong foi Chefe do Estado-Maior da SPLA de 23 de abril de 2014 a maio de 2017. Nesse cargo, expandiu ou estendeu o conflito no Sudão do Sul, ao violar o Acordo de Cessação de Hostilidades e o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, de 2015. No início de agosto de 2016, supostamente liderou os planos para matar o líder da oposição, Riek Machar. Malong, conscientemente contrariando o Presidente Salva Kiir, ordenou os ataques de 10 de junho de 2016 com tanques, helicópteros de combate e infantaria a residência de Machar e a base "Jebel" do opositorista Movimento de Libertação do Povo do Sudão. Malong supervisionou pessoalmente esforços do quartel-general da SPLA para interceptar Machar. No início de agosto de 2016, Malong queria que o SPLA atacasse, imediatamente, a suposta localização de Machar e informou aos comandantes do SPLA que não deviam capturá-lo com vida. Ademais, no início de 2016, Malong ordenou as unidades do SPLA que impedissem o transporte de suprimentos humanitários pelo Rio Nilo, onde dezenas de milhares de civis passavam fome, alegando que a ajuda alimentar seria desviada de civis para grupos de milícias. Como resultado das ordens de Malong, os suprimentos alimentícios foram impedidos de cruzar o rio Nilo por pelo menos duas semanas.

Ao longo de seu mandato como Chefe do Estado-Maior da SPLA, Malong foi responsável pela perpetração pelo SPLA e suas forças aliadas de graves abusos, como ataques a civis, deslocamentos forçados, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, atos de tortura, e estupros. Sob a liderança de Malong, o SPLA lançou ataques contra a população civil e matou deliberadamente civis desarmados e que fugiam. Somente na zona de Yei, as Nações Unidas documentaram 114 mortes de civis pelo SPLA e suas forças aliadas entre julho de 2016 e janeiro de 2017. O SPLA atacou intencionalmente hospitais e escolas. Em abril de 2017, Malong supostamente ordenou ao SPLA que desalojasse todas as pessoas, incluindo civis, da área ao redor de Wau. Malong supostamente não desencorajou a matança de civis pelas tropas da SPLA e que pessoas suspeitas de esconder rebeldes fossem consideradas alvos legítimos.

De acordo com relatório da Comissão de Inquérito da União Africana de 15 de outubro de 2014, Malong foi responsável pela mobilização em massa da milícia tribal Dinka de Mathiang Anyoor, que, segundo o documento do Mecanismo de Monitoramento do Cessar-Fogo e dos Arranjos de Segurança Transicional, utiliza crianças-soldado.

Durante o mandato de Malong à frente do SPLA, as forças governamentais impediram o acesso a distintos lugares da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), da Comissão Conjunta de Vigilância e Avaliação e do CTSAMM para investigar e documentar os abusos. Por exemplo, no dia 5 de abril de 2017, uma patrulha conjunta das Nações Unidas e da CTSAMM tentou acessar Pajok, mas foi obrigada a retornar por soldados do Exército de Libertação do Povo do Sudão.